



GT 48. Família, gênero e sexualidades: cultura, conflito e transformação política

Coordenador(es):

Marcelo Tavares Nactivity (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Leandro de Oliveira (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Este GT tematiza relações familiares entre pessoas LGBT, contemplando conexões com a “família de origem” e a formação de novas famílias, incluindo marcadores como geração, classe, soropositividade, gênero, origem, raça e religião. Contemplando temas como o casamento igualitário, conjugalidades e parentalidades, o GT coloca em foco nexos entre convenções culturais, ações de movimentos sociais, micropolíticas do cotidiano, discursos emocionais, interações e relações de poder em contextos plurais, de modo a discutir reconfigurações do público e do privado. Serão acolhidos estudos que abordem discursos sobre casamento igualitário; formas de regulação do gênero e da sexualidade de pessoas LGBT na esfera familiar; tensões e negociações nos grupos domésticos; formas de ajuda mútua, cuidado e manutenção de laços no cotidiano da casa ou em redes de casas; construções da “aceitação” na sociedade e na família; relações entre famílias de origem e parceiros/ companheiros de pessoas LGBT; família e gerações; família, religião e sexualidades; transformações nos significados culturais associados à noção de “família”; os usos da noção de “família” como arma política na esfera pública e na arena política; família e controvérsias sobre “ideologia de gênero”; enlacs entre direitos sexuais, questões LGBT, e laicidade do Estado. O GT abarcará ainda os temas da homofobia e transfobia, incluindo situações que articulam preconceito sexual, estigma e afetos no âmbito das relações familiares.

"Eu fiquei entre a cruz e a espada": uma análise de emoções em narrativas de "aceitação" de mães de filhos transexuais

Autoria: Arthur Leonardo Costa Novo (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Neste work analiso o vocabulário cultural das emoções em narrativas de mães de pessoas trans a respeito de seus processos de "aceitação" e participação na transição de gênero de seus filhos, detendo-me sobre a forma como esses eventos são descritos e interpretados em uma linguagem que dramatiza conflitos, dilemas e escolhas pelo seu significado emocional. Deste modo, refletirei sobre o que este vocabulário revela sobre como as interlocutoras conciliam modelos tradicionais de família, gênero e sexualidade, assim como valores religiosos, com a mudança de identidade de um filho na experiência da transexualidade. Considero, para tanto, a posição social da família e a posição da interlocutora no contexto da rede familiar, assim como as negociações, concessões e conflitos que se seguem ao momento da "descoberta" ou "revelação" não somente entre mães e filhos, mas entre mães e demais familiares. Os dados resultam de 14 meses de pesquisa etnográfica realizada em João Pessoa/PB e Recife/PE para minha tese de doutorado sobre família e transexualidade, de 2018 a 2019, além de entrevistas semiestruturadas com 11 mães de homens trans e mulheres trans. As interlocutoras são mulheres heterossexuais com idades entre 40 e 55 anos, pertencentes a diferentes camadas sociais, que têm em comum o fato de terem decidido "aceitar" e por vezes participar ativamente no processo de transição de gênero do filho ou filha trans, assumindo as consequências para os seus relacionamentos com o restante da família e em outros contextos sociais e relações importantes para suas vidas.

É melhor casar que arder em brasa? Políticas de aparecimento e pastorais sexuais em igrejas evangélicas LGBTI+



Autoria: Marcelo Tavares Natividade (UFC - Universidade Federal do Ceará)

O work discute nexos entre religião, identidades coletivas, política e sexualidade em segmento de igrejas evangélicas no Brasil que retira a homossexualidade das definições de pecado da tradição cristã, constituindo dinâmicas de renovação e politização do campo. A crescente preocupação de algumas vertentes religiosas com o casamento igualitário, com a adoção por casais de pessoas de mesmo sexo e com outras demandas dos movimentos LGBT tem colocado em foco, a partir de work de campo realizado em igrejas evangélicas brasileiras de perfil minoritário, as igrejas inclusivas ou igrejas LGBTI+. Argumento sobre o enlace entre linguagens religiosas e categorias e ideias do campo dos direitos sexuais, constituindo passagens e inovações em um dado contexto e a difusão de uma certa cultura local para o casamento e construção de novos modelos familiares .

Estado e família: a quem importa o reconhecimento tardio da paternidade?

Autoria: Julieta Ferreira Romeiro (IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro)

A proposta deste work é apresentar como as medidas de reconhecimento tardio de paternidade estão sendo desenvolvidas no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente através do ?Projeto Pai Presente?. Para tanto, será analisada, especificamente, a Lei estadual número 6.381 de 09 de janeiro de 2013, que obriga as instituições de ensino municipais e estaduais, públicas e privadas, do Estado do Rio de Janeiro, a convocarem às mães de crianças ou adolescentes que não tenham a paternidade reconhecida, para a indicação dos dados do suposto pai e para informá-las sobre os trâmites jurídicos relativos ao reconhecimento da paternidade. Para os formuladores da Lei, a incorporação da escola neste processo se justifica na medida em que ela é responsável por zelar e garantir o cumprimento de leis que protegem e amparam as crianças e adolescentes. Devido a sua proximidade com os alunos e com as famílias, elas conseguiriam atender e entender melhor estas demandas. Para fins desta pesquisa foram pesquisadas onze escolas estaduais, distribuídas em nove municípios que fazem parte da região sul fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Nossos diálogos nestas instituições foram feitos com as servidoras responsáveis pelo levantamento, convocação e encaminhamentos dos casos relativos ao ?Pai Presente?. O objetivo das entrevistas era compreender como esse debate havia sido recebido na escola e como o processo estava sendo conduzido. O levantamento dos dados fornecidos pela escola permitiram verificar que há um baixo interesse das mães em iniciar o processo de reconhecimento da paternidade, apesar da pressão constante do Poder Judiciário no Estado para que o reconhecimento aconteça. Esse discurso ganha força nos setores mais conservadores da sociedade brasileira, que entendem a violência urbana como uma consequência de modelos de família diferentes do modelo nuclear heteronormativo. Essas falas, recorrentes nos meios jurídicos e políticos, correlacionam a ausência da figura paterna com maior vulnerabilidade social e, conseqüente, maior potencial para o crime. Logo, o reestabelecimento do vínculo paternal, poderia significar uma forma de fazer com que os pais retomem o poder, o controle e a disciplina que tradicionalmente eram vistos como pertencentes à figura do pai. A amplitude destes discursos, sua proximidade com o Estado e operadores jurídicos, revelam como o direito vai prescrevendo, normatizando e fiscalizando a vida privada das famílias. Ao eleger a família nuclear heteronormativa como o modelo de ?família estruturada?, o Estado não só cria parâmetros e normas de comportamentos, como também exclui um enorme contingente de pessoas, que passam a ser vistas como um perigo em potencial para a sociedade.

Homens que gestam: uma estudo etnográfico sobre parentalidades, reprodução e sexualidade

Autoria: Anne Alencar Monteiro (UFBA - Universidade Federal da Bahia)



Este work trata das dinâmicas relacionais em torno da gravidez e da transgeneridade. Analiso como as formas de vivenciar a constituição do gênero em transição estão contextualizadas no mundo relacional que envolve a reprodução, a sexualidade e o parentesco, observando como esses processos são elementos importantes que conectam as pessoas. A questão da transgeneridade insere-se na pesquisa mais ampla, que iniciei no mestrado e dou seguimento com o doutorado. Neste work tomo como base as análises das narrativas de homens trans, que conheci por meio de redes de sociabilidade. Nesta pesquisa busquei compreender os significados que os homens trans dão ao gestar, parir e amamentar seus bebês e como estes são incorporados às próprias narrativas de constituição da masculinidade. O foco desta análise está na experiência reprodutiva desses homens trans, sendo imprescindível contextualizá-la na relacionalidade, já que cada momento da transição de gênero marca a experiência da reprodução e a relação com os parentes, os amigos, os parceiros e parceiras sexuais. Finalizo o work argumentando que a transgeneridade é relacional, uma vez que, o processo de transição de gênero envolve também uma (re)criação das relações ligadas à esfera do parentesco. Assim, eles rompem a associação direta entre feminilidade-gravidez-maternidade. O que implica em um novo olhar as políticas de gênero, reprodução e sexualidade.

[Trabalho completo](#)

Paternidade e adoção: homens solteiros na fila da adoção em Cuiabá - MT

Autoria: Jéssica de Souza Gola (UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso), Flávio Luiz Tarnovski

Quando falamos sobre o cuidado de crianças, principalmente nos anos iniciais, logo pensamos em maternidade. Mesmo com as mudanças que veem ocorrendo ao longo do tempo, ainda estamos ligados a premissa de que os cuidados dos filhos são de responsabilidade da mulher. Porém, diversas configurações familiares contemporâneas questionam tais pressupostos da parentalidade fundamentados em naturalizações dos papéis de gênero. Nesta comunicação, proponho uma reflexão sobre parentalidade e relações de gênero a partir de situações de monoparentalidade masculina. Através da análise de processos de adoção por homens solteiros e da etnografia das atividades de pré-adoção desenvolvidas pelos GAAs de Cuiabá (MT), pretendo analisar como esta mudança é apreendida tanto para os candidatos à adoção quanto para os agentes do judiciário e atores sociais envolvidos nos processos de adoção. Dentre as questões que serão analisadas na comunicação, pretende-se compreender como os candidatos pensam a paternidade e se há dificuldades específicas no decorrer dos processos pelo fato de serem homens solteiros adotando.

Políticas sexuais, emoção e família: notas sobre a conjuntura

Autoria: Leandro de Oliveira (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Nos últimos anos, temos assistido no Brasil a um crescente recrudescimento de polêmicas focando questões atinentes à moral sexual, com a emergência de reações conservadoras à visibilidade e reivindicação de direitos por minorias sexuais e discursos de oposição à assim chamada 'ideologia de gênero'. O presente work pretende, à luz da noção de políticas sexuais e debates do campo da antropologia das emoções, discutir como discursos sobre a família e discursos emotivos emergem nestas controvérsias na esfera pública e em relações de poder situadas em um plano micropolítico, sinalizando para algumas chaves interpretativas e linhas de investigação possíveis para uma reflexão crítica sobre estes processos.

"Mas você é quase da família": o conflito entre o afeto e o direito na sindicalização das trabalhadoras domésticas

Autoria: Cecy Emanuella Bezerra de Melo (CAPES)

Esse work se propõe investigar como as definições da esfera pública, e privada tem afetado a organização



das trabalhadoras domésticas. O relacionamento entre esses dois campos é ambivalente, pois, por um lado, o espaço público é percebido como ambiente político e econômico, e por outro, existe a esfera privada ligada a uma suposta afetividade conjugal familiar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa utilizando o método da entrevista semiestruturada com duas gerações que fizeram e fazem parte da história do sindicato das trabalhadoras domésticas de Pernambuco. Conjuntamente, foi elaborada uma revisão bibliográfica sobre a produção em torno da sindicalização das trabalhadoras domésticas e as definições de público-privado, procurando as interseções entre os dois temas nas Ciências Sociais. Nos resultados dessa pesquisa foi identificado que a luta do sindicato das trabalhadoras domésticas girou em torno da aceitação do espaço privado enquanto um ambiente político e o work doméstico como necessário para a economia. O paternalismo, as relações de afeto e o enclausuramento das trabalhadoras presentes no work doméstico remunerado, associado à barreira que a privacidade do lar tem, afetam o alcance do sindicato das trabalhadoras domésticas, o que prejudica no conhecimento dessas trabalhadoras sobre a organização política de sua categoria e, conseqüentemente, de seus direitos.

Entre educação, Estado, religião e menstruação: um estudo etnográfico sobre o impacto das instituições na experiência de meninas em idade escolar na periferia do Rajastão.

Autoria: Maria Eduarda de Oliveira Tamate (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Mariana Simões Maia, graduanda de Ciências Sociais (UERJ)

Neste work, propomos uma análise do impacto da relação entre menstruação e educação na experiência de meninas indianas de 8 a 13 anos. A pesquisa é fruto de uma observação participante, de dois meses de duração, em uma ONG localizada na área periférica de Jaipur, Rajastão, Índia. Através do campo, a discussão se desdobra nas relações entre a atuação da ONG, direcionada ao suporte econômico e educacional das meninas, o sistema educacional público indiano e o impacto do menstruar no contexto social e religioso da Índia. É necessário ressaltar o tabu da menstruação na cultura indiana como fator de forte influência na vida social das meninas em idade escolar, principalmente em uma área periférica da cidade de Jaipur. A falta de informação sobre as funções reprodutivas femininas e o viés da religião sobre o sangue menstrual, classificado como sujo e impuro, contribuem com um discurso negativo sobre o menstruar, bem como o acesso limitado a absorventes higiênicos pela situação econômica em que os sujeitos se encontram. Assim, a ONG se apropria de um papel essencial na formação dessas garotas: é responsável não só pela educação complementar, como também pelo acesso informativo às questões menstruais e produção de absorventes de pano reutilizáveis, funcionando como uma fonte de renda para as meninas que ali trabalham. A falta de acesso a produtos de higiene e o tabu que envolvem a menstruação são apontados como a principal ferramenta de constrangimento social que impede o desenvolvimento escolar dessas meninas, uma vez que as alunas costumam faltar às aulas nas épocas da menstruação. O Estado indiano também traça seu papel essencial na vivência delas, já que o sistema escolar público indiano determina que o aluno que não possuir rendimento satisfatório ao fim do ano letivo deve ser retirado da rede de ensino público e realocado no ensino privado. Entretanto, o que se vê na prática são meninas das camadas econômicas baixas abandonando os estudos, ao menstruar, por não possuírem os recursos financeiros necessários para uma educação privada. A Índia, em seu contexto religioso e histórico, ainda enfrenta como questão, não só o tabu da menstruação, como os efeitos reais de seu desdobramento cultural: a falta de acesso a absorventes higiênicos à população mais pobre e o impacto de uma ordem social na educação dessas meninas. O recorte da pesquisa pretende destacar como cada um dos fatores articulados afeta a experiência enquanto mulher, aluna e pessoa subordinada a uma hierarquia que envolve o Estado, a religião e uma Organização Não Governamental.



[Trabalho completo](#)

Famílias Doadoras e Família Receptoras: uma análise das formas de gestão diferenciadas baseada nas desigualdades de classes de famílias no município do Rio de Janeiro

Autoria: Flaviane Lavinias Alves Leal (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

O objetivo desse work, desenvolvido como monografia e orientado pela professora Alessandra de Andrade Rinaldi, é analisar circuitos e formas de gestão diferenciada por tipos de família/classe dentro das políticas de infância e família, através da trajetória e experiências de crianças e adolescentes nas redes protetivas, nos processos de Destituição do Poder Familiar e de Adoção, e ainda em sua chegada nas famílias adotivas. A ideia é apreender a gestão da infância e da juventude por meio da ação do Estado e de seus mecanismos, além disso, compreender como tais práticas e discursos vinculados a essas se pautam em uma desigualdade fundamental ente famílias doadoras e famílias receptoras. Desse modo, pretendo revisitar questões abordadas por mim em pesquisas anteriores, realizadas como iniciação científica com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), onde estive realizei etnografia no Conselho Tutelar e reunião de grupos de Apoio a Adoção, e ainda analisar processos de Destituição do Poder Familiar e de Adoção. Sendo assim, me pautarei em processos exemplares em cada uma dessas instancias, construindo dessa maneira uma narrativa da gestão da infância e da juventude.

[Trabalho completo](#)

O debate sobre diversidade sexual e de gênero na Câmara dos Deputados no 1º semestre de 2019

Autoria: Renan Benevides Chiletto (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

A fim de compreender o embate legislativo que amplia ou restringe direitos à população LGBT no Brasil, foi realizado um levantamento de discursos e proposições legislativas na Câmara dos Deputados durante os primeiros seis meses de 2019, período de início da 56ª legislatura, marcada pela ampliação da base e intensificação da atuação dos partidos conservadores na política. Foram localizados 127 discursos, sendo 60 favoráveis à diversidade sexual ou de gênero, 55 contrários e 12 indefinidos. Entre as proposições legislativas, foram identificadas 39 proposições: 28 proposições a favor das pautas LGBT, 8 posições contrárias e 3 indefinidas. Quantitativamente, é possível afirmar que, durante o período pesquisado, essa casa se demonstrou favorável à diversidade. Entretanto, uma análise qualitativa se demonstra necessária, pois a atividade parlamentar se dá em diálogo constante com a sociedade civil e com os outros Poderes da República. A exemplo disso, durante o período pesquisado, o Supremo Tribunal Federal julgava a criminalização da LGBTfobia (ADO 26), culminando em iniciativas de projetos de lei favoráveis à população LGBT por parte de políticos que sempre apresentaram atividade parlamentar contrária à causa, como Sóstenes Cavalcante (DEM ? RJ) e Marco Feliciano (PODE ? SP), a fim de barrar o argumento do STF de omissão legislativa sobre a temática por parte do Poder Legislativo. Nesse sentido, buscou-se identificar se a argumentação acionada no debate público sobre a diversidade sexual e de gênero é de cunho religioso, da esfera legal e do direito ou da ordem da natureza e científica, pois, conforme apresentado por Naara Luna (2017), ?é possível estabelecer uma relação entre crenças fundamentalistas e argumentos científicos? para a atuação na vida política. Isso porque no espaço público o discurso secular é dotado de maior legitimidade, fator este que direciona o ator religioso a buscar argumentação jurídica ou científica para fundamentar seus valores na política. Grande parte dos posicionamentos contrários à diversidade foram em decorrência do julgamento da LGBTfobia pelo STF, assim, os argumentos acionados eram no campo jurídico e do direito, afirmando que o STF não tem poder legítimo para julgar essa temática. Todavia, também foram localizados



discursos que superpõem o argumento religioso sobre o científico na tentativa de desmerecer a homossexualidade. Os argumentos favoráveis à diversidade sexual se dão no sentido da não discriminação e de fazer valer os direitos garantidos a todos os brasileiros, mas que na prática são negados à população LGBT. Dessa forma, por meio de uma análise quantitativa e qualitativa, esse work vai apresentar um panorama acerca do embate legislativo sobre a diversidade sexual e de gênero na Câmara dos Deputados.

[Trabalho completo](#)

Qual o lugar de parentalidades negras no estudo sobre famílias LGBT?

Autoria: Daniela Guedes dos Santos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este pôster é um dos desdobramentos das investigações do projeto de pesquisa sobre a Família Stronger, coletivo LGBTQIA+ da periferia de São Paulo, coordenado pelo Prof. Vitor Grunvald (UFRGS), no qual participo, como pesquisadora de Iniciação Científica, pensando possíveis relações entre parentalidades negras e LGBTQIA+. Com foco nas maneiras como são rearticuladas noções de família em conjunção com marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, raça e geração, pretende-se mostrar como o campo de estudos sobre família e parentesco, importante área temática da antropologia, possui um viés claramente marcado pela branquitude. Depois de um período de baixa produção, a partir dos anos 1990, os estudos sobre família e parentesco retomam seu lugar de centralidade na disciplina para pensar novos modos de comportamento familiar, especialmente a partir de transformações advindas com as novas tecnologias reprodutivas, o aumento de divórcios, novas formas de conjugalidade, etc. Ancorada em textos programáticos que versam sobre o estado da arte da produção antropológica acerca da família, busco compreender como a maior parte das produções confina às margens questões específicas que concernem o modo de operacionalização das parentalidades negras. Dessa maneira, o pôster, de cunho bibliográfico, se propõe produzir uma reflexão sobre o viés marcado pela branquitude que paira sobre o campo, colocando em evidência alguns elementos e práticas de fazer família cuja história se entrelaça com práticas e experiências das comunidades negras que diferem, substancialmente, do modelo normativo de família nuclear ocidental, agora percebida também como branca. Por fim, busco pensar se poderíamos postular alguma aproximação entre as desarticulações da forma familiar produzidas a partir de experiências LGBTQIA+ e àquelas produzidas no âmbito das parentalidades negras que, diferentemente das primeiras, é fruto de arranjos seculares relacionados tanto a cosmologias africanas quanto a processos surgidos no bojo de violências geradas pela escravidão e pelo racismo estrutural.

[Trabalho completo](#)

Sentidos e práticas de fazer família LGBT: uma análise fílmica e etnográfica

Autoria: Mário Ferreira da Silva (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Este pôster é um dos desdobramentos das investigações do projeto de pesquisa sobre a Família Stronger, coletivo LGBTQIA+ da periferia de São Paulo, coordenado pelo Prof. Vitor Grunvald (UFRGS), no qual participo, como pesquisador de Iniciação Científica, pensando possíveis relações entre as experiências e práticas de fazer família de dito coletivo e aquelas observadas no âmbito da cultura ballroom norte-americana, aqui acionada tanto a partir do clássico documentário Paris is Burning quanto da série contemporânea Pose. Símbolo da efervescência da comunidade LGBTQIA+, a Cultura Ballroom chegou ao seu ápice na década de 80 nos Estados Unidos. Essa cena girava em tornos dos balls, espaços onde as houses (casas onde as mães? acolhiam jovens LGBTQIA+ que haviam sido rejeitados pela família) competiam em desfiles e batalhas de voguing a fim de tornarem-se legendárias. Os ballrooms, tanto na economia fílmica de Pose quanto de Paris is Burning, funcionavam como espaço de aceitação e acolhimento onde a comunidade podia viver suas



identidades e corporalidades sem os grilhões normativos da sociedade conservadora da época. A partir da sugestão de Teresa de Lauretis de que o cinema é uma tecnologia de gênero que produz realidade social, este pôster busca investigar os discursos audiovisuais também como formas de fazer família que são construídas e sugeridas performativamente por essas produções. A sugestão de aproximação entre as experiências de família no contexto estadunidense de fins do século passado e as da Família Stronger foi sugerida em diversos momentos da pesquisa mais ampla à qual minha investigação se liga, inclusive por Elvis Stronger em palestra proferida na 21ª Bienal Sesc_Videobrasil. Contudo, Elvis também expõe importantes distanciamentos entre os dois contextos. Nesse sentido, essa proposta de pôster, além de mapear formas de fazer família na cultura ballroom através da análise fílmica de duas obras, pretende, igualmente, pensar as aproximações e distanciamentos possíveis em relação ao coletivo LGBTQIA+ que constitui o eixo etnográfico dessa pesquisa.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: